

Movimentos Pentecostais: um tema de investigação para a História das Religiões

Cláudia Neves da Silva¹

Resumo: Ao longo das últimas quatro décadas, constata-se o crescimento das manifestações religiosas nos diferentes segmentos sociais. A busca por respostas perante o inexplicável, como doença, dor, morte, tem levado homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam da esfera terrena e penetram o plano do sagrado, promovendo o crescimento dos movimentos pentecostais, cujos fundamentos teológicos e práticas religiosas são marcados por um significativo fundamentalismo religioso. Todavia, ainda há por parte de muitos historiadores uma expressiva resistência em debruçar-se sobre fatos contemporâneos, porque estes não seriam objeto da história, mas sim os fatos ocorridos em períodos distantes no tempo, tendo por fundamento uma visão retrospectiva dos mesmos. A partir desta constatação, surgiu o interesse de entender as manifestações religiosas e suas repercussões nos comportamentos individuais e coletivos, contribuindo para ampliar e aprofundar o campo de investigação da História das Religiões.

Palavras-chave: Religião, Igreja, Movimento Pentecostal

Abstract: Over the past four decades, there is the growth of religious manifestations in different social segments. The search for answers to the inexplicable, such as illness, pain, death, has led men and women encounter experiences that are beyond the sphere of the world and penetrate the plane of the sacred, promoting the growth of Pentecostal movements, whose theological and religious practices are marked by a significant religious fundamentalism. However, there is still by many historians a significant resistance to focus on contemporary events, because they would not be the object of history, but the events that occurred in periods distant in time, be based on a retrospective view of them. With this in mind, which led us to understand religious behavior and its impact on individual and collective behavior, helping to broaden and deepen the research field of History of Religions.

Key-Words: Religion, Church, Pentecostals Movements

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina.

Ao longo das últimas décadas do século XX, as manifestações religiosas vêm saindo do interior dos templos e ganhando crescentemente a adesão de homens e mulheres de diferentes estratos sociais, demonstrando uma vitalidade que se supunha em declínio, em razão do avanço tecnológico, do aumento do consumo, efeito do maior poder de compra das classes médias e mesmo dos trabalhadores de menor renda, não obstante o elevado número de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza.

A procura incansável por respostas diante do inexplicável, como dor, doença, morte, e consolo para as aflições do dia-a-dia (desemprego, falta de dinheiro, violência) leva homens e mulheres ao encontro de experiências que escapam da esfera terrena e entram no plano do sagrado. Sagrado porque manifesta uma realidade diferente da “realidade concreta”, ou seja, não pertencente ao mundo terreno, como, por exemplo, um objeto (pedra, mesa), uma planta, um deus encarnado em seu suposto filho, revelando, assim, uma ‘sacralidade cósmica’ que possibilita a transformação e santificação deste mundo terreno (Cf. ELIADE, 2001).

Ainda de acordo com Eliade (2001), esse sagrado se constitui uma modalidade de ser no mundo, gerando comportamentos e experiências que se verificam em todos os níveis da existência de homens e mulheres, cujo desejo e objetivo maior é transitar em um mundo unicamente santificado. Nessa perspectiva, ambos constroem suas crenças no sagrado a partir de seus valores e costumes, de suas condições materiais de existência, da experiência que partilham com seu grupo social, dos conflitos e inseguranças que experimentam em sua religiosidade.

Com essas reflexões iniciais e tendo por objeto histórico a religião, mais especificamente os movimentos pentecostais, uma indagação logo surgiu: como seria a abordagem historiográfica? Quais seriam seus pressupostos teórico-metodológicos? Como a investigação poderia contribuir para a metodologia de pesquisa e as reflexões na área da História das Religiões?

Partimos do princípio de que a história das religiões tem por finalidade investigar e compreender as questões referentes aos fenômenos religiosos que se expressam na esfera coletiva, mas que se constroem e se reelaboram na esfera individual, porque são os seres individuais, imersos em suas crenças, sentimentos, valores e costumes que vivenciam os rituais religiosos no coletivo. Homens e mulheres elaboram suas crenças a partir de seus

valores pessoais e subjetivos, de suas condições materiais de existência, da experiência que partilham com seu grupo social, dos conflitos, inseguranças e medos que experimentam em sua religiosidade, ou seja, na forma como se relacionam com o sagrado.

Antes de continuarmos, é preciso compreender que definir religião é uma tarefa complexa, porque sua diversidade e a profusão de sentimentos ambivalentes que ela provoca nos remetem a uma multiplicidade de definições e justificações. Na investigação histórica que nos propomos realizar, caracterizamos religião como um sistema de crenças e práticas legitimado por símbolos e discursos que asseguram sua continuidade nos indivíduos e na coletividade, exigindo devoção e compromisso emocional, além de formular e reforçar princípios e valores éticos, cujas bases são justificadas no nível do sagrado, porque se encontram em um espaço extra-mundo.

Temos conhecimento de que há diversos sociólogos, antropólogos, historiadores² e outros estudiosos que analisam a religião, sua presença e influência em diferentes esferas da vida individual e coletiva a partir de diferentes matrizes teóricas.

Resgatamos de Geertz (2001) sua observação quanto ao fato de que não é possível fundamentar a religião a partir de uma idéia de experiência, ou de sentido ou de identidade, tendo em vista que não é um fenômeno individual a ascensão de questões religiosas, ou identidades religiosas, em diferentes setores, como a economia, a política, a cultura, tendo em vista que “existem tantas variedades de “experiência religiosa”, ou, se quisermos, expressões da experiência religiosa, quantas sempre existiram” (GEERTZ, 2001, p.64).

²GEERTZ, C. A religião como sistema cultural. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1978. p. 101-142. GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. BERGER, P.L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

Mas, considerando o objetivo do presente artigo, aliado a nossa concepção de mundo e do fenômeno religioso, buscamos no sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004) o fundamento teórico para ancorar nossa definição:

A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2004, p. 33).

Em todas as suas manifestações, a religião produz, conserva e garante um ethos e uma quantidade de significados que cada indivíduo tem acerca de sua experiência emocional, afetiva e espiritual, os quais são reproduzidos nas ações diárias em meio a uma realidade social marcada por conflitos e obstáculos, que por sua vez são produtos e produtores ativos do que ocorre nos demais campos - econômico, político, social e cultural.

Mais uma vez, paramos para destacar que quando utilizamos a noção de campo estamos utilizando-nos de outro conceito desenvolvido por Bourdieu (2004), que o definiu como o microcosmo no qual estão imersos os agentes sociais e as instituições produtoras e transmissoras dos saberes, práticas e modos de pensar sujeitos a leis sociais próprias, possuindo relativa autonomia em relação ao macrocosmo, não obstante sofrerem as imposições deste macrocosmo.

Portanto, quando nos referimos a campo religioso estamos falando de um microcosmo no qual estão presentes diferentes religiões e grupos religiosos que estabelecem relações entre si e com os demais grupos dos diversos campos, produzindo e reforçando modos de ser, agir e pensar que repercutem em cada indivíduo em particular e na própria comunidade. Em sintonia com o que se dá nos campos social, político e econômico, os quais também elaboram e reproduzem saberes e práticas.

Nascidos e criados em uma sociedade marcada por uma religiosidade com componentes do catolicismo, da umbanda, do candomblé e do ascetismo evangélico, aqueles que se declaram ateus não podem, e muitas vezes não conseguem, abandonar por completo comportamentos e valores que forjaram sua identidade desde a mais tenra idade. São ações que se apresentam sob variadas formas e se repetem cotidianamente, passando despercebidas porque já incorporadas no ethos individual e coletivo: a crença em uma sociedade dicotômica, boa e má, a busca por um paraíso onde haja liberdade, ausência de dor e sofrimento.

Partimos do pressuposto de que a religiosidade, entendida como manifestação pessoal de fé em uma busca por experiências e valores que transcendam a dimensão material e corporal, dá sentido à existência do indivíduo no mundo e equilíbrio para os diferentes aspectos da vida (social, afetivo, emocional, espiritual), provocando hesitações e reelaborações no comportamentos e nas ações deste indivíduo e mesmo de uma coletividade. Como afirmou Weber (2004, p. 279): “A ação ou o pensamento religioso ou ‘mágico’ não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica”.

Essa religiosidade é organizada e administrada por igrejas de todas as denominações, onde se vivenciam, experimentam-se, moldam-se comportamentos e valores religiosos, tornando-se fontes de poder espiritual e até mesmo político, porque reproduzem princípios morais e éticos que norteiam e justificam as relações entre os indivíduos, influenciando decisões que afetam a todos, mesmo aqueles que se declaram sem religião. Podemos citar, como exemplo, a luta pela aprovação do divórcio, em 1977, a luta para garantir o direito da mulher ao aborto nos casos previstos em lei e a pressão pela aprovação e implementação do ensino religioso nas escolas públicas.

Portanto, ao decidir por investigar a religião e suas manifestações nos comportamentos individuais e nas relações que o indivíduo estabelece com os demais, devemos ter em mente que esta não se encontra em uma esfera isolada da realidade de um dado contexto histórico.

A complexidade do real, modificado por homens e mulheres a partir de suas idéias, necessidades, improvisações diante do medo, da dor, nas relações de dominação e subordinação, de resistência e passividade, possibilita um vasto campo de investigação, porque apreende a vida em sua totalidade ou, mais especificamente, apreende as práticas e representações que são geradas nas estruturas que determinam as condições materiais de existência de um grupo ou classe social.

Práticas que são produto do que Bourdieu (1983) conceituou como *habitus*, um sistema de disposições permanentes que se encontram no fundamento das ações organizadoras e regulares de um grupo social, designando uma maneira de ser ou mesmo uma predisposição ou tendência para uma atividade, “conforme os princípios de uma visão (quase) sistemática do mundo e da existência” (BOURDIEU, 1983).

O *habitus* está na matriz de práticas que são produzidas e reproduzidas cotidianamente por indivíduos e coletividades, assegurando, dessa forma, homogeneidade, harmonia, unidade e regularidade a estas práticas. Contudo, essas características não são compreendidas e reconhecidas por esses indivíduos, já que elas são adquiridas e incorporadas na convivência com a família, na escola, na igreja e reforçadas diariamente. Como afirma Bourdieu (1983, p.78-79):

[...] o habitus é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas, consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência.

O domínio de um código comum a todos que pertencem a um grupo terá mais sucesso e durabilidade à medida que encontrar indivíduos condicionados a percebê-los e segui-los, bem como existir concordância entre os *habitus* dos indivíduos. É a posição ocupada na estrutura social e econômica que homens e mulheres introjetam e reproduzem, enquanto *habitus*. Mais uma vez reproduzimos as palavras de Bourdieu (1983, p.75):

Os indivíduos ‘vestem’ os habitus como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social, com todas as disposições que são, ao mesmo tempo, marcas da posição social e, portanto, da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas [...].

Outrossim, as condições materiais objetivas de homens e mulheres condicionam sua percepção e atitudes diante das situações que acontecem ao seu redor, de sua concepção de vida, de política, de economia, de cultura. E à experiência religiosa não seria diferente, ou seja, homens e mulheres a reproduzem a partir destas condições concretas.

História e Igrejas Pentecostais: é possível esta “união”?

O crescimento das igrejas pentecostais tornou-se, a partir da década de 1970, um importante fenômeno religioso, em razão da presença e participação de seus membros serem observadas em vários setores da sociedade. Esse fato chama a atenção porque se dá em um país em que a Igreja Católica detém, por enquanto, a hegemonia no campo religioso, um relativo poder de influência no campo político e presença significativa nas camadas médias e populares. Uma religião que esteve presente na formação do Estado brasileiro desde o período colonial.

Todavia, ainda há por parte de muitos historiadores uma expressiva resistência em debruçar-se sobre fatos contemporâneos, porque estes não seriam objeto da história, mas sim os fatos ocorridos em períodos distantes no tempo, tendo por fundamento uma visão retrospectiva dos mesmos. Esta afirmação é comprovada quando se verifica que a produção historiográfica voltada para o movimento pentecostal, como a elaboração de monografias, dissertações, teses, bem como artigos em periódicos e livros³ apresentou relativo crescimento há pouco mais de 15 anos, não obstante as primeiras igrejas pentecostais terem surgido no Brasil na primeira década do século XX.

É importante ter em mente que as mudanças estruturais que delinearão a contemporaneidade são as bases sobre as quais as ações sociais, políticas, culturais e econômicas se desenvolveram. Estas ações são partes de um processo que só poderá ser entendido em um contexto histórico mais amplo, porque teve início em períodos anteriores.

Assim, acreditamos que por meio da investigação histórica será possível destacar fatos que definimos como importantes na realidade atual e que também tenham ocorrido em outras épocas e lugares, por causas específicas, que deverão ser investigadas e interpretadas para facilitar a compreensão desses fatos no presente, ou seja, quando as igrejas pentecostais

³Citamos duas teses recentes e que tratam do tema: OLIVA, Alfredo dos Santos. A história do diabo no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2007; PROENÇA, Wander de Lara. Sindicato de mágicos: uma história cultural da Igreja Universal do Reino de Deus (1977 – 2006). Assis, 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.

passaram a ter significativa influência em diferentes aspectos da vida individual (psicológica, emocional e afetiva) e em diferentes esferas da vida social, política e mesmo econômica.

Tais questionamentos devem ter em conta o que disse Le Goff (1990, p.12):

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos.

O fato de investigar acontecimentos do tempo presente possibilita visualizar o passado, já que a análise dos acontecimentos contemporâneos exige que por vezes os relacionemos aos fatos passados, garantindo que o contraste que aflora dê o realce necessário, facilitando sua visibilidade e compreensão.

Não podemos nos esquecer que quando o historiador seleciona, dentre dezenas de fatos, um deles, na verdade, um fragmento de uma dada realidade, é porque este lhe chamou a atenção, ou por curiosidade científica ou em decorrência de seus valores morais e éticos. O historiador se colocará perante a realidade e seu objeto a partir de uma concepção de mundo própria, construída ao longo de sua experiência pessoal e espiritual, a partir de convenções e preconceitos estabelecidos por ele e fora dele.

Por esta razão, fazemos nossas as palavras de Gadamer (2003, p. 18) acerca do conhecimento histórico, ou seja, o historiador deve compreender e avaliar suas idéias preconcebidas, tomar consciência de sua existência e confrontá-las; daí nasce a possibilidade de uma interpretação do fenômeno, que é então apreendido em sua totalidade:

[...] um preconceito só pode atuar sobre nós, como preconceito no sentido próprio do termo, enquanto não estivermos suficientemente consciente do mesmo. Mas a descoberta de um preconceito não é possível enquanto ele permanecer simplesmente operante; é preciso de algum modo provocá-lo.

O indivíduo toma consciência de sua historicidade, e isso lhe permite refletir sobre as situações que se deram no passado, sobre como e por que ocorreram e qual o seu significado. A esse comportamento Gadamer (2003) denominou de interpretação, isto é, interpretação de fatos que ocorreram no passado e cujos ecos ainda se ouvem, seja em documentos escritos, seja nas falas dos que os testemunharam ou protagonizaram.

Mas, para interpretar os textos e documentos originados dos fatos que se deram no passado, é necessária uma análise sobre as condições que originaram tais textos e documentos, fazendo-os adquirir um significado e não outro.

É necessário buscar as relações escondidas em seu interior, ‘recolocar’ e verificar o contexto em que eles foram produzidos, tentando conhecer o seu significado, incluindo e excluindo do processo de investigação documentos e testemunhos, de acordo com a interpretação que fará de seu material, completando os espaços vazios com inferências e especulações. Assim, é fundamental ir além do que se apresenta: “a fim de descobrir o ‘verdadeiro’ significado que se encontra escondido” (GADAMER, 2003, p. 19).

A partir do que foi exposto e para ilustrar o objetivo do presente artigo, apresentaremos alguns aspectos de uma pesquisa que realizamos no município de Londrina (PR), cujo propósito foi analisar as atividades sócio-assistenciais das igrejas evangélicas pentecostais junto à população carente de bens e serviços, entre os anos de 1970 e 1990.

De modo geral as igrejas pentecostais foram (e ainda são) marcadas pela prática de rituais e doutrinas próximas, apresentando um significativo fundamentalismo religioso, já que a Bíblia é lida e interpretada como uma fonte de revelação e profecia carregada de verdade divina impenetrável e inquestionável. Mas, além da leitura literal da Bíblia, da exortação a uma conduta ascética e da ênfase nos dons de cura e libertação, algumas dessas denominações, a partir dos anos de 1970 e 1980, passaram a desenvolver ações assistenciais. Inicialmente entre os fiéis mais necessitados materialmente e, a seguir, em resposta ao acúmulo de problemas sociais originários do crescimento da cidade, expandiram essas ações para a comunidade externa.

Para realizar nossa investigação, definimos as igrejas que fundaram e mantêm instituições assistenciais e recebem ou já receberam recursos financeiros do poder público, tendo em vista que suas ações exigiram organização e planejamento de seus pastores, ou seja, uma compreensão razoável dos trâmites legais e uma concepção minimamente elaborada do significado de assistência social, excluindo, desta forma, aquelas que se limitam à distribuição de cestas básicas, roupas e remédios.

O recorte temporal se justifica porque foi a partir da década de 1970 que se deu um aumento significativo do número de igrejas pentecostais evangélicas, provocando a migração

de fiéis das Igrejas Católica e Protestantes Históricas ou de Missão⁴ para essas novas denominações religiosas, que têm arregimentado um número cada vez maior de fiéis.

Esse período também coincide com o êxodo de trabalhadores rurais expulsos de suas terras pela seca e/ou pelos proprietários de grandes latifúndios. Migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho, indo morar em favelas ou cortiços porque não conseguiam trabalho que lhes possibilitasse uma habitação de acordo com suas necessidades, por conta de sua pouca ou nenhuma qualificação.

Se, por um lado, residiam longe do centro urbano, dependentes de um transporte insuficiente e à margem do comércio, com dificuldades de acesso aos poucos disponíveis serviços públicos, como saúde, educação, assistência social, por outro lado, residiam próximo dos locais de pregação de uma igreja.

Essa nova realidade econômica, social e política também provocou a formação de uma sociedade de massas carente de novos valores morais e espirituais, e de igrejas que atendessem aos anseios de uma nova leva de imigrantes e trabalhadores que se instalava nas cidades.

A religião seria o meio e a igreja o local onde se poderia reviver, em parte, os sentimentos presentes nos tempos que moravam em pequenas cidades ou vilas e as relações que estabeleciam com os vizinhos eram baseadas na amizade e na ajuda mútua, já que na maioria das vezes não podiam contar com serviços públicos básicos, como saúde e assistência social. E as igrejas que ressaltassem e valorizassem a emoção e a subjetividade seriam aquelas que poderiam garantir a proximidade desses sentimentos.

Nos anos 1990, as igrejas que surgiram em décadas anteriores se consolidaram, com o aumento do número de fiéis e a construção e implantação de “filiais” por outros bairros e cidades. Ademais, foi nessa época que algumas dessas igrejas ampliaram seu campo de ação, ou seja, não limitaram suas atividades ao interior do templo, ao culto e ao louvor, e ao rigor ético comportamental, mas adotaram ações diversificadas, como, por exemplo, a assistência social. É necessário frisar que muitos membros dessas igrejas apresentavam dificuldades de diferentes ordens e era preciso dar uma resposta às suas demandas, seja espiritual, seja material, sob risco de perdê-los para outras denominações.

O crescimento das igrejas evangélicas pentecostais tem ocasionado maior visibilidade social, possibilitando às mesmas ocuparem mais e maiores espaços na sociedade brasileira, obrigando pesquisadores de religiões e religiosidades a relativizar paradigmas e preconceitos

⁴Utilizaremos as definições Igreja Protestante Histórica e/ou de Missão para designar as Igrejas Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista, Luterana, Anglicana e Batista.

acerca de uma prática religiosa com características marcadamente populares, com destaque para a emoção e a subjetividade.

Essa diversidade de manifestações reflete as mudanças que a sociedade brasileira sofreu. Neste sentido é que fazemos nossas as palavras de Campos (1996, p. 93-94):

O pentecostalismo tem respondido de forma positiva às necessidades sócio-psíquicas das pessoas excluídas da modernidade capitalista. [...] Essa força surge exatamente da identificação do pentecostalismo com aquela cultura popular gerada numa tradição pré-capitalista, portadora de resíduos milenaristas, de um dinamismo capaz de dar aos pobres e excluídos a força de conviver com tantas desigualdades, vazios e miséria.

O pentecostalismo constrói sua teologia tendo por base o batismo no Espírito Santo e o seu sinal, a glossolalia⁵, assim como a cura e libertação das forças malignas. Uma teologia que deve ser compreendida nos testemunhos daqueles que compartilharam o encontro com o Espírito Santo.

Conforme Magalhães (2000), professor de teologia da Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo, Deus penetra o convertido, levando-o a uma experiência pessoal e exclusiva, assim como a uma vivência íntima com aquele que lhe dará um novo sentido à vida, porque provocará mudanças em sua relação com os que estão à sua volta e até mesmo em sua identidade. Para essa revelação e contato íntimo com Deus, não há necessidade de intermediários, pois ele e seu filho Jesus Cristo se tornaram presentes de forma real e ativa na vida do novo crente mediante o Espírito Santo.

De acordo com essa perspectiva teológica, ocorre o que Magalhães (2000, p.97) descreveu:

Quando o Espírito de Deus age, desconsolados recebem força, desamparados redescobrem poder, emudecidos falam e aqueles que são ensurdecidos pelas ideologias opressoras e pelos poderes demoníacos passam a ouvir a voz límpida de Deus que os impele à ação transformadora no seu mundo.

O batismo do Espírito Santo se dá após uma preparação e forte expectativa, que faz com que o novo crente cultive o sentimento de ter sido eleito por Deus. O sinal de sua eleição se apresenta pelo falar em línguas, já que este ato representa a luta, a esperança, as lágrimas e

⁵Glossolalia é um fenômeno que no qual aquele que ora, crê estar manifestando-se em uma língua de inspiração divina. É um fenômeno que está presente em algumas religiões, mas, principalmente entre os pentecostais, neopentecostais e na Renovação Carismática Católica. (Dicionário Enciclopédico das Religiões)

as alegrias daquele que é batizado no Espírito, após a conversão a Deus. Sente-se mais forte e em uma nova condição diante da própria vida e dos demais. Essa nova condição, o neoconverso demonstra em sua maneira de viver, rompendo com as coisas do mundo, e é compreendida pelos membros das igrejas como um novo nascimento, um novo “renascer em Cristo” (Cf. MOLTSMANN-WENDEL, 1996)

É nessa experiência que se dá a fusão da justificação, da santificação e do batismo do Espírito Santo, provocando uma nova visão de si e do mundo, cabendo à Bíblia, que contém a palavra de Deus, ser a fonte de inspiração e modelo para a leitura do mundo. A cura e a libertação, outro dom, se dá na relação entre espírito e corpo, atingindo a pessoa em sua totalidade: Jesus cura as almas doentes e as doenças do corpo. É um dom especial do Espírito, concedido por Deus a certas pessoas para exorcizar o mal e afastar o sofrimento daqueles que vão em busca de cura e libertação (JOHNS, 1996).

Ainda conforme Johns (1996, p. 62): “Cada membro da comunidade deve ser um instrumento tocado pelo Espírito Santo. Alguns se tornam instrumentos de cura; outros, instrumentos da palavra profética; outros, ainda, dos múltiplos dons do Espírito.”

Diante de uma teologia e doutrina baseada na emoção e subjetividade, há o interesse de entender como o aumento do pentecostalismo na sociedade brasileira, marcada pela presença hegemônica da Igreja Católica, repercute em diferentes setores, mais especificamente na área da assistência social, onde predominava a idéia de uma prática caritativa em favor das vítimas do infortúnio e incapazes de se manterem e de manterem a sua família. Uma ação fundamentada em princípios altruístas, a qual não deveria visar interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo esta concepção, o critério exigido seria a vontade de servir ao próximo (Cf. SILVA, 2006).

A idéia e a ação promovida por uma instituição religiosa de ajudar aos carentes de bens materiais da sociedade não se dá somente na atualidade, mas foi fato presente em diferentes momentos históricos, pelo fato de a pobreza e os pobres serem invariavelmente tratados por aqueles que detêm o poder político e econômico como insubordinados, insolentes e inimigos da ordem pública, sendo controlados e submetidos ao rigor da lei, ora pela coerção, ora pela coação.

A título de exemplo, citamos a historiadora Silva (2002, p. 78), que afirma que na Hispânia Visigoda do século VI, era cada vez mais reforçada, com o apoio da nobreza e por meio da legislação real, a ação da Igreja junto à população necessitada de ajuda material,

reconhecendo, desta forma, “a responsabilidade da Igreja quanto a assistência das populações carentes expressivamente representadas nos espaços urbanos”.

Cabia ao episcopado das cidades, além de atender e prestar assistência a todos aqueles que se encontravam em situação de extrema necessidade, a construção e manutenção de hospitais e abrigos para os peregrinos, garantindo, a cada dia, o crescimento e fortalecimento do poder político e econômico do episcopado entre os habitantes dos centros urbanos (Cf. SILVA, 2002).

Nesse sistema de caridade, os bispos viam crescer seu poder perante os mais pobres, porque lhes amenizava as necessidades materiais; perante os mais ricos, porque lhes aliviava de suas necessidades espirituais; e perante o rei, porque contribuía para amenizar as tensões sociais, por meio do controle e disciplina dos grupos que poderiam ameaçar a ordem estabelecida.

O que nos interessa destacar para o presente artigo, é que a assistência material tornou-se um poderoso instrumento de controle dessa população numerosa e relegada a segundo plano. E as igrejas, por sua natureza, foram as instituições que trouxeram para si a responsabilidade de atender aos órfãos, viúvas, andarilhos, peregrinos, mendigos e todos aqueles que não tinham bens materiais mínimos para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação de dependência perante a sociedade.

Além disso, como instituição inserida no movimento da realidade, as igrejas também são movidas por interesses que vão além de sua finalidade de divulgar uma doutrina e mensagem religiosa. Em certa medida, utilizaram-se (e continuam se utilizando) da população carente de bens materiais e de apoio espiritual para atender suas próprias demandas, ou seja, maior número de colaboradores e fiéis, assegurar legitimidade social e espaço político.

Por outro lado, devemos destacar que algumas igrejas também promoveram ações que levavam em conta a defesa dos direitos humanos. As décadas de 1960 e 1970 estão repletas de exemplos de religiosos que foram presos ou mortos em decorrência de sua luta junto aos perseguidos políticos e à população marginalizada. Não nos deteremos nessas ações porque não é o objetivo do presente artigo.

Verificamos que as práticas e representações de seus agentes, ou melhor, seus pastores, diáconos, evangelistas, presbíteros, ajustam-se ao *habitus* do grupo social no qual estão inseridos, produzindo e reproduzindo as “estruturas objetivas das quais são produtos” (BOURDIEU, 1983, p.61) em seus cultos, orações, evangelizações e pregações. Além do que,

não podemos nos esquecer que esses pastores e seus ouvintes estão imersos no campo religioso de seu tempo e expressam sentimentos e opiniões de um lugar determinado.

A investigação histórica, partindo do tempo presente, possibilitará compreender como e quando as denominações pentecostais se voltaram para a área social e as motivações teológicas e sociais que fundamentaram tal escolha. Para alcançar tal objetivo, fomos ao encontro daqueles que dirigem igrejas, mobilizam e incentivam seu grupo de fiéis a ultrapassarem as portas do templo e a se voltarem para as questões intramundo: os pastores.

É preciso ter claro que recuperar a experiência humana, que se manifesta sob as mais variadas formas, requer que o historiador selecione os documentos com os quais irá trabalhar, não esquecendo de que ele ou ela parte de interesses e intenções do presente, para realizar sua investigação. As fontes documentais, como atas do Conselho de Pastores, revistas e folders produzidos pelas igrejas, jornais do período em questão tornam-se importantes instrumentos de coleta de dados. Mas, o principal instrumento são fontes orais que nos fornecem as pistas para compreender nosso objeto.

A construção da história de algumas igrejas pentecostais de Londrina passa obrigatoriamente pelo relato de seus fundadores, tornando-os as principais fontes orais para tal fim. É importante destacar que infelizmente não há o hábito de os dirigentes das igrejas evangélicas pentecostais registrarem por escrito a história de suas igrejas. Diante da escassez de relatos escritos, há a necessidade de se voltar para o relato oral desses dirigentes-fundadores, procurando compreender e interpretar sua narrativa histórica e seus discursos.

Assistir às celebrações promovidas pelas igrejas que fazem parte do universo da pesquisa faz-se necessário para apreendermos como se dá o comportamento e as atitudes dos fiéis quando se reúnem para ouvir a pregação da palavra de Deus pelo líder religioso. Por meio da técnica da observação participante é possível captar os gestos e posturas, as expressões faciais e verbais desses fiéis, assim como as manifestações coletivas.

A partir de pesquisas realizadas anteriormente⁶, nas quais nos pautamos em entrevistas com os sujeitos participantes, podemos inferir que é no discurso que se encontra o intercâmbio das falas, ações, pensamentos, estratégias e intenções dos líderes espirituais, e o acesso e a análise dessas fontes possibilitam compreender a doutrina e a teologia das

⁶*Igreja Católica, Assistência Social e Caridade: Convergências e Divergências*, projeto de pesquisa iniciado em 1999 e concluído em 2002, no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina; *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais e neopentecostais do Município de Londrina e suas expressões na política de assistência social (1973 – 2003)*, iniciado em 2002, tornou-se projeto de pesquisa para o doutoramento e foi concluído em 2008; e o projeto de pesquisa que está em andamento *Religiosidade e adesão religiosa: motivações que levam homens e mulheres a adentrarem as portas do templo de uma igreja pentecostal*.

denominações religiosas, a intencionalidade e a especificidade de cada uma delas no que tange aos valores espirituais e morais, a concepção de mundo que é transmitida aos membros das igrejas, bem como sua repercussão nos trabalhos desenvolvidos. Os discursos devem ser compreendidos como representação construída a partir da necessidade de se relacionar com Deus e com a própria comunidade.

Se nos voltarmos para a história contemporânea, ou do tempo presente, os testemunhos, as fontes orais e a história oral tornam-se importantes instrumentais técnicos do método histórico. Até mesmo a subjetividade e as distorções que possam ocorrer nos relatos tornam-se fontes para a pesquisa, porque a memória, coletiva ou individual, expressa determinadas representações e forças sociais de grupos e/ou indivíduos que agem no presente. E essas técnicas utilizamos na investigação realizada, possibilitando maior aproximação e compreensão das ações e atitudes dos sujeitos.

Assim, nas entrevistas realizadas para construção do que se denomina história oral, é importante que se estabeleça um diálogo entre entrevistador e entrevistado, o que possibilita ao investigador procurar outros caminhos para interpretação do que lhe é apresentado e romper com interpretações baseadas na rígida separação entre estudioso e seu sujeito de análise. Como afirma LOZANO (2006, p. 16): “A história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas”.

Para compreender as fontes orais e os documentos escritos, deve-se recorrer à análise de conteúdo, instrumento metodológico que objetiva ir além de sua estrutura formal e subjetiva, porquanto é por intermédio destes que se operam e se disseminam as representações e idéias, isto é, a produção ideológica de um grupo social, tendo em vista que é no cotidiano que homens e mulheres elaboram e reproduzem seus discursos. Adotamos a representação de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2003, p.42), que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A referida autora destaca que existem algumas regras para utilização desse método de análise, desde que não nos esqueçamos de que:

[...] é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretenda como objetivo [...]. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento (BARDIN, 2003, p.31).

É preciso definir critérios para sistematizar o conjunto dos tipos de comunicação, bem como realizar inferências em busca dos efeitos do discurso, conhecer suas condições de produção e estudar e caracterizar essas condições. Enfim, o objetivo da análise de conteúdo é a descrição analítica da mensagem para “evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2003, p.46).

Conforme a autora, a análise possibilita inferências variadas, tais como variáveis psicológicas do emissor/locutor e receptor/ouvinte e/ou as variáveis sociológicas e culturais: “a análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos” (BARDIN, 2003, p.137). De acordo com a problemática apresentada, pode ocorrer o inverso, isto é, prever as conseqüências a partir das causas. Portanto, dependerá do objeto a ser investigado e da intenção do pesquisador.

Ademais, esse método de análise comporta algumas técnicas, como a análise categorial. Quando realizamos entrevistas com os pastores das igrejas pentecostais, estas são desmembradas tendo por base as categorias analíticas, como assistência social, pobreza, religião, teologia pentecostal, entre outras, e por objetivo a interpretação do conteúdo da mensagem que foi repassada. É neste diálogo entre entrevistador/sujeito e entrevistado/parte integrante do universo da pesquisa, que buscamos as motivações – pessoais, espirituais, políticas, emocionais – que os levaram e as suas igrejas a executarem atividades que iam além da oração.

O aspecto principal para o tratamento dos documentos orais é a interpretação dos conteúdos discursivos, à medida que possibilitam desenvolver novos conhecimentos com base em fontes inéditas, considerando a experiência e a subjetividade do entrevistado na análise histórico-social, e não perdendo de vista que a experiência não deve ser compreendida isoladamente, mas impregnada pelo todo, vale dizer, é resultado dos acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais do período em que os documentos escritos e as fontes orais foram elaboradas e cujos efeitos se fazem sentir.

Ao interagirem os discursos, em diferentes meios sociais e situações, seu conteúdo é produzido, reproduzido, reelaborado e inovado porque traz em si a manifestação dos valores morais e éticos, princípios e concepção de mundo de seu emissor, assim como expressa uma

maneira de ser e de agir produzidas pelo *habitus* de seu grupo social. Portanto, para conhecer as intenções que estão por trás das palavras, isto é, do conteúdo do discurso, é preciso antes, reforçando o que já foi dito, caracterizar as condições políticas, materiais, religiosas e sociais em que ele foi produzido.

Conhecer as motivações e aspirações do líder espiritual de uma igreja ao expor seu objetivo para atender as seqüelas da questão social que ‘explodem’ ao seu redor, requer que se vá além das palavras, exige que se compreenda a função social da igreja, da própria prática do pastor enquanto mediador entre o que se dá no mundo sobrenatural e o que ocorre no mundo terreno, de sua subjetividade, de seu *habitus* religioso.

Contudo, não se deve esquecer que o discurso dos fundadores será a simbiose do discurso do passado com o discurso do presente, o qual estará impregnado por suas experiências ao longo dos anos e pelas representações sociais e culturais atuais. Se, no momento da fundação da igreja, eles eram considerados homens “comuns”, hoje ocupam posição de direção e têm como capital simbólico a experiência religiosa que lhes confere respeito, credibilidade e credencial para ocuparem o cargo de dirigentes administrativos e espirituais da denominação.

Algumas considerações

Ao nos lançarmos a investigar as igrejas pentecostais e suas ações na área sócio-assistencial, vimos levantar problemas e questões que vão além do campo histórico, visto que, na historiografia, a produção sobre pentecostalismo ainda é recente. Ademais, as relações que se estabelecem entre diferentes segmentos sociais exigem um constante “diálogo interdisciplinar” entre as ciências humanas, Sociologia, Antropologia, História, para que se possa compreender, minimamente, as conseqüências destas relações e as mudanças que se dão: suas possíveis causas – resgatando o passado; e suas repercussões – no futuro; no plano individual e no plano coletivo.

Na construção do processo de investigação histórica, o vínculo apaixonado que o pesquisador tem com o seu objeto estabelece uma relação de afeto e fidelidade que produzirá uma nova compreensão, seja de um fato, seja um dado aspecto da realidade. Nesse sentido, há o imperativo de conhecer as fontes, orais e escritas, e, principalmente, ter competência e sensibilidade para manuseá-las.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, L.** *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P.** *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. In: **ORTIZ, R.** (Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 46-81.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.
- CAMPOS, L. S.** Protestantismo histórico e pentecostalismo no Brasil: aproximações e conflitos. In: **GUTIERREZ, B. F.; CAMPOS, S. L.** *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Associação Evangélica Literária Pendão Real, 1996. p. 77-120.
- ELIADE, M.** *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GADAMER, H. G; FRUCHON, P.** *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- JOHNS, C. B.** Cura e libertação – perspectiva pentecostal. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 55-62, 1996/3.
- LOZANO, J. E. A.** Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **AMADO, J.; FERREIRA, M. M.** *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006. p. 15-25.
- MAGALHÃES, A.C.M.** O Espírito Santo como tema central da teologia: conflitos, perspectivas, desafios. *Via Teológica*, Curitiba, nº 2, p. 67-102, dez. de 2000.
- MOLTMANN-WENDEL, E.** Espírito e corpo: resposta feminista. *Concilium/265 – Ecumenismo*, Petrópolis, p. 70-78, 1996/3.
- OLIVA, A.S.** *A história do diabo no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2007.
- PROENÇA, W. L.** *Sindicato de mágicos: uma história cultural da Igreja Universal do Reino de Deus (1977 – 2006)*. Assis, 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.
- SCHLESINGER, H.; PORTO, H.** “Denominações”. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. Petrópolis: Vozes, 1995. Vol. I.
- SILVA, L.R.** da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. In: *História: Questões & Debates*. Nº 37. Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2002. p. 67 – 84.
- SILVA, C.N.** Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, Porto Alegre, nº15, p. 326-351, jan/jun 2006.
- _____. *As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais no Município de Londrina (1970 – 1990)*. 181 p. Assis, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.
- WEBER, M.** *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. Vol. 1. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

